

| EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2016/SEMA/MT | |
|--|----|
| EXCLUSIVA PARA ME, EPP E COOP | |
| <p>PROCESSO N.º 203105/2016/SEMA PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2016/SEMA TIPO MENOR PREÇO POR LOTE DATA: 10/08/2016 – HORÁRIO: 09h00min LOCAL: Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO ARQUITETÔNICO E/OU DE ENGENHARIA DE ACESSIBILIDADE PARA ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SEMA, PARA PERMITIR O ACESSO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DEFINITIVA OU TEMPORÁRIA UTILIZAREM DAS EDIFICAÇÕES, PRODUTOS, SERVIÇOS E INFORMAÇÕES, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital. SETORES DEMANDANTES: COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO/GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMÔNIO.</p> | |
| ÍNDICE | |
| 1. PREÂMBULO..... | 2 |
| 2. DO OBJETO..... | 2 |
| 3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL..... | 3 |
| 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO..... | 3 |
| 5. DO CREDENCIAMENTO..... | 4 |
| 6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES..... | 6 |
| 7. PROPOSTA DE PREÇOS..... | 8 |
| 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS..... | 10 |
| 9. DA HABILITAÇÃO..... | 12 |
| 10. DOS RECURSOS..... | 17 |
| 11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... | 18 |
| 12. DA ORDEM DE SERVIÇO..... | 19 |
| 13. DO PAGAMENTO..... | 22 |
| 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 23 |
| 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 25 |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 26 |
| ANEXO I..... | 29 |
| ANEXO II..... | 30 |
| ANEXO III..... | 31 |
| ANEXO IV..... | 32 |
| ANEXO V..... | 33 |
| ANEXO VI..... | 34 |
| ANEXO VII..... | 35 |
| ANEXO VIII..... | 41 |

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2016/SEMA/MT

PROCESSO N.º 203105/2016

EXCLUSIVA PARA ME, EPP E COOP

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designado pela Portaria Conjunta nº 332/2015/SEMA, publicada no D.O.E do dia 16 de julho de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os Decretos Estaduais nº 7.217/06 e nº 7.218/06.

1.1 O Credenciamento que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será realizado das 09h00min às 09h30min do dia 10 de agosto 2016.

1.2 Sendo a sessão aberta neste mesmo dia às 09h30min, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.3 O local de credenciamento e abertura da sessão pública será no Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C, esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá - MT.

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Cuiabá-MT e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO ARQUITETÔNICO E/OU DE ENGENHARIA DE ACESSIBILIDADE PARA ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SEMA, PARA PERMITIR O ACESSO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DEFINITIVA OU TEMPORÁRIA UTILIZAREM DAS EDIFICAÇÕES, PRODUTOS, SERVIÇOS E INFORMAÇÕES, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

3.1.1 As petições poderão ser protocolizadas por meio dos **Correios, via Sedex**; por meio do **endereço eletrônico: licitacao1@sema.mt.gov.br**; ou ainda **protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente**; devidamente instruídas com CNPJ, a razão social, endereço, telefone para contato, e-mail e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem, devendo ser endereçadas à Comissão de Licitação da SEMA, sendo que as petições deverão ser recebidas nesta secretaria até o prazo constante no **item 3.1**.

3.2 Os esclarecimentos serão disponibilizados no sítio da Internet da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (www.sema.mt.gov.br no link "aquisições") e da Secretaria de Estado de Gestão (www.gestao.mt.gov.br no link "Portal de Aquisições") e passarão a integrar o presente Edital.

3.3 Serão divulgadas pela internet nos sítios mencionados no item acima, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los frequentemente.

3.4 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

3.5 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.6 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se **exclusivamente** à participação de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 2006 e SOCIEDADES COOPERATIVAS enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2 Poderão participar deste Pregão, somente os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que sejam legalmente constituídos, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.**

4.3 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.3.2 Que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

4.3.3 Que estejam **reunidas em consórcio** e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.4 Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.3.5 Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.4 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.5 Sob pena **de inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

4.6 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados

4.7 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital, 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

5.2 Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.2.1 Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope "2", o Pregoeiro poderá devolver o envelope de habilitação lacrado ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.

5.3 Todos os documentos relacionados abaixo deverão ser apresentados independente dos Licitantes serem cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (CGF).

5.4 No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo**:

5.4.1 A respectiva **cópia da cédula de identidade (ou documento equivalente)** autenticada em cartório ou cópia desta com a original para autenticação da equipe de licitação.

5.4.2 Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme **Anexo III**.

5.4.3 Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

5.4.4 Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório** e cópia autenticada do Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

5.4.5 Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;

5.4.6 Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (**Anexo VI**)

5.5 Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão ser originais ou deverão estar autenticados em cartório ou fotocópia simples acompanhada de documento original, para conferência "in loco", sendo que só serão aceitas cópias legíveis.

5.6 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.7 É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de licitação.

5.8 A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação **não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório**, enquanto não suprida à falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

5.9 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação** todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES

6.1 A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

6.2 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

6.3 O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2016/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

6.4 A empresa deverá apresentar um envelope para cada lote.

6.5 O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2016/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

6.6 Inicialmente será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

6.7 Os documentos apresentados pelos licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

6.8 Caso o licitante não possa comparecer na sessão de abertura do Pregão, poderá entregar pessoalmente ou enviar por correios à Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguas, Centro Político Administrativo - CPA, na cidade de Cuiabá-MT, CEP 78050-970, os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, e cópia autêntica do documento de identidade dos sócios;

b) Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III;

c) Envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, contendo os documentos descritos nos itens 7 e 9 deste edital;

d) Quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

d.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

d.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

d.3) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

e) Quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

e.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

e.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

e.3) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

f) Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público **(Anexo VI)**

6.8.1 No caso de envio dos envelopes por meio dos correios, o licitante deverá enviar e-mail para o endereço licitacao1@sema.mt.gov.br, informando seus dados para contato, a data do envio e o código de rastreamento/identificação dos envelopes, para que a GPAQ confirme o recebimento dos envelopes.

6.8.2 Cabe ao licitante providenciar para que os envelopes sejam recebidos em tempo hábil de serem abertos na sessão pública.

6.8.3 Entregar pessoalmente no local da realização da sessão do Pregão os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação ao pregoeiro, na data e horário previstos para o credenciamento.

6.8.4 A SEMA não se responsabilizará por eventuais atrasos e/ou extravios na entrega dos envelopes.

6.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a SEMA não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

7.2 Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação**:

7.2.1 Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

7.2.2 Prazo de eficácia da proposta, o qual **não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por igual período;

7.2.3 Uma única cotação, com preços unitários e valor por Lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

7.3 A licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme constante no modelo da PROPOSTA DE PREÇOS – Anexo I deste edital.

7.4 O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no "site" da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

7.5 Em função do critério de julgamento, os licitantes deverão obrigatoriamente apresentar preço para o item observando as quantidades solicitadas no edital, sob pena de desclassificação pela ausência de cotação para qualquer um deles.

7.6 Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.7 Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

7.8 As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os serviços sem ônus adicionais.

7.9 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.11 Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 14.1.3 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.12 O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

7.13 A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

7.14 A empresa interessada em participar da licitação poderá realizar visita "in loco" para levantamento de dados da edificação, análise dos apontamentos do TCE, recomendações de levantamento técnico feito pelos estudantes do curso de engenharia da UNIVAG, bem como análise nas plantas baixas da SEMA.

7.14.1 Para a execução do subitem, a licitante terá desde a publicação do edital até 02 dias antes da data de abertura das propostas, para realizar a vistoria, e demais verificações constantes no item 7.14.

7.14.2. Agendar a vistoria na **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário - GAPI**, durante o horário comercial pelo telefone (65) 3613-7250.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Aberto os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

8.2 No julgamento e classificação das propostas será adotado o **critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que corresponde ao valor total bruto da proposta para o lote.

8.3 No julgamento serão observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

8.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, sendo acolhidas àquelas propostas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

8.5.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro acolherá as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances.

8.6 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.7 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

8.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 14.1** deste Edital.

8.10 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

8.11 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.12 Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, e, caso o pregoeiro entenda necessário, abrirá o envelope do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias, nos termos do artigo 36, § 4º, do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

8.13 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.14 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.15 Nas situações previstas nos **subitens 8.10, 8.11 e 8.12**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

8.16 Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

8.17 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

8.18 Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

8.19 No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.20 Havendo apenas uma proposta de preços por Lote, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT e Certidões e Índices, em plena validade e devidamente atualizados;

b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo IV**);

c) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo IV)

d) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme anexo IV);

d.1) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

e) As **microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas**, cadastradas no CGFMT, deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:

e.1) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

e.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

e.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

e.2) quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

e.2.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

e.2.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

f) As **microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas** optantes do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT

9.1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto licitado.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.2 As MICRO EMPRESAS, PEQUENAS EMPRESAS E SOCIEDADES COOPERATIVAS, COM RENDA BRUTA DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006 licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

9.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

a.1) **No caso de sociedades cooperativas**, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

9.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;

d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

9.2.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação, **exceto** para as cooperativas de acordo com o que determina o artigo 4º da Lei nº. 5.764/71;

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda.

9.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **compatível com o objeto licitado.**

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar**

diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

c) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que, nos termos da LC n.º 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

d) Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo IV**).

e) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo IV**);

f) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

f.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

f.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/06, conforme **Anexo V** deste Edital.

g) quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

g.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06;

g.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo V** do Edital.

h) As micro e pequenas empresas e sociedades cooperativas, optantes, comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT.

9.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

- a)** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b)** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c)** Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d)** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

9.4. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto para os documentos expedidos pelos órgãos federais que terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão.

9.4.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

9.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

9.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

9.7. O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

9.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro

considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

9.10 Poderá o(a) Pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

9.11. Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

9.12. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.

9.13. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.14. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.15. O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por **lote**, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o lote, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

10.1.2 Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas ao Pregoeiro, ou por correios, via Sedex.

10.1.3 As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem.

10.1.4 A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3 Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

10.4 Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

10.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

10.7 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Gerência de Processos de Aquisições.

10.8 Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a **apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas** contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.3 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.3.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

12. DA ORDEM DE SERVIÇO

12.1 Homologado a licitação pela Autoridade Competente, será emitida ordem de serviço à empresa adjudicatária, contendo as seguintes informações:

12.1.2. A ordem de serviço em questão substitui o contrato, aplicando-se a relação de negócios nela estabelecidos, no que couberem, as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8666/93;

12.1.3. Sem prejuízo das demais penalidades previstas nas leis supramencionadas, a contratada/adjudicatária, por descumprimento das obrigações assumidas estará sujeita a todas as sanções previstas no edital do pregão eletrônico;

12.2.1 DA EXECUÇÃO

12.2.2. Os serviços deverão ser iniciados em até 15(quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.

12.2.3. Os serviços deverão ser entregues em até 90(noventa) dias. A contar do recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.

12.2.4. Após o recebimento provisório, caso seja constada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 05(cinco) dias para a correção e será feito novo recebimento provisório; Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 05 (cinco) dias.

12.2.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

12.3 Obrigações das partes:

12.3.1 Da SEMA:

12.3.2 Indicar um representante para a conferência dos serviços, bem como, com autonomia para fornecer quaisquer documentos que se façam necessários, para esclarecer eventuais dúvidas sobre o empreendimento que está sendo objeto dos trabalhos e para apresentá-los aos órgãos de aprovação e fiscalização se for o caso.

12.3.3 Fornecer planta técnica ou croqui geral de implantação e/ou projeto arquitetônico completo das edificações da unidade em questão em arquivo dwg, para servir de base para elaboração do projeto de acessibilidade e demais projetos que fizerem parte dos serviços contratados.

12.3.4 Emitir **Ordem de Serviço** a cada solicitação, estabelecendo quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

12.3.5 Receber o produto adjudicado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no Edital e seu (s) anexo (s);

12.3.6 Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos;

12.3.7 Proporcionar todas as condições necessárias para que a ADJUDICATÁRIA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de funcionários, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

12.3.8 Efetuar os pagamentos devidos, no prazo estipulado em edital, através de crédito em conta corrente mantida pela ADJUDICATÁRIA, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo atesto, comprovando que o fornecimento foi realizado a contento;

12.3.9 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela ADJUDICATÁRIA;

12.3.10 Comunicar à ADJUDICATÁRIA sobre possíveis irregularidades observadas no objeto fornecido, para substituição, **em até 05 (cinco) dias**;

12.3.11 Exercer a fiscalização dos serviços do objeto, por servidores designados;

12.3.12 Notificar a ADJUDICATÁRIA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

12.4 Critérios para controle do objeto:

12.4.1 A gestão e fiscalização do objeto serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a ADJUDICATÁRIA (Lei 8.666/93).

12.4.2 Ao Fiscal, designado oficialmente pela SEMA cabe, no mínimo:

12.4.3 Acompanhar a execução, bem como o controle do objeto.

12.4.4 Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da ADJUDICATÁRIA, sempre que for preciso.

12.4.5 Notificar a ADJUDICATÁRIA sobre situações irregulares.

12.4.6 Fiscalizar a execução do objeto, condizentes com a legislação pertinente.

12.4.7 O objeto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

12.4.8 Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.

12.4.9 Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o **acordo**.

12.4.10 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Edital.

12.4.11 Aplica-se ainda a ADJUDICATÁRIA, por ocasião da prestação dos serviços, as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

12.4.12 As demais obrigações contratuais serão conforme a legislação vigente

12.5. Da Adjudicatária:

12.5.1 Providenciar a adequação da planta arquitetônica, conforme normas técnicas de arquitetura.

12.5.2 Fazer constar projeção de todos os preventivos em plantas necessárias e exigidas pela legislação vigente (Normas da ABNT, Código de Obras do Município e demais legislações vigente).

12.5.3 Apresentar ART'(s) ou RRT'(s) do(s) serviço(s) projetado(s) devidamente assinado por profissional legalmente habilitado, com registro no CREA/MT.

12.5.4 Fica vedado a subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial, a execução dos serviços.

12.5.5 Os custos referentes ao encargos trabalhistas e de natureza social ocorrerão por conta da CONTRATADA.

12.5.6 Receber a **Ordem de Serviço** emitida pela SEMA;

12.5.7 Executar os serviços dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

12.5.8 Zelar pela qualidade do objeto contratado, conforme especificações deste edital;

12.5.9 Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a SEMA, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues;

12.5.10 Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste Termo de Referência;

12.5.11 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SEMA, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SEMA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do edital;

12.5.12 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SEMA, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital/**Ordem de Serviço**;

12.5.13 Comunicar imediatamente à SEMA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.5.14 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;

12.5.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento dos **serviços** a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

12.5.16 Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente objeto, sem prévia e expressa anuência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

12.5.17 Pela inexecução total ou parcial do avençado através da **ordem de serviço**, com a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Presencial, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado em parcela única, após o atesto **pelos fiscais do contrato**, e pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário, na Nota Fiscal/Fatura, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, o qual deverá obedecer aos termos do artigo 37 do Decreto Estadual 384/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

13.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com o artigo 37 do Decreto Estadual

384/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006.

13.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

13.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua representação.

13.4 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário** para serem devidamente atestadas.

13.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto ao atraso na assinatura do contrato ou da retirada da **ordem de serviço**, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a adjudicatária **recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a ordem de serviço**, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.3.2 Retardamento imotivado dos serviços, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.3.3 Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 14.1.3.

14.5 A licitante, adjudicatária/contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária/contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101
Programa: 0394
Unidade Gestora: 02
Projeto/Atividade: 2067
Região: 9900
Fonte: 109
Medida: 2
Tarefa: 1
Natureza da despesa: 339039

15.2 As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1 A anulação do procedimento induz a do contrato.

16.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

16.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 14.1 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

16.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

16.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

16.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.gestao.mt.gov.br / Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

16.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

16.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

16.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

16.16 São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:
 - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
 - Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.
 - Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).



- e) Anexo V – Declaração de Microempresa–ME, Empresa de Pequeno Porte–EPP e Sociedade Cooperativa.
- f) Anexo VI – Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.
- g) Anexo VII – Termos de Referências nº. 34/2016 elaborados pelos setores demandantes.
- h) Anexo VIII – Ordem de Serviço.

Cuiabá, 25 de julho de 2016.

Valdinei Valério da Silva
Ordenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT



ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão nº. 000/2016 DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO OBJETO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--------------|--|--------|-------------------|----------------|
| 01 | ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E/OU DE ENGENHARIA DE ACESSIBILIDADE CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9050. SERVIÇO. | 1 | R\$ ____ | R\$ ____ |
| VALOR TOTAL: | | | | R\$ ____ |

Obs. O valor estimado pela Secretaria de Estado de Gestão para esta contratação é de R\$ 14.877,28 (quatorze mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos), de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 000/2016/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO LOTE.

Indicamos o (a) Sr.(a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão
expedidor _____, como nosso (a) representante legal na Licitação
em referência, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das
PROPOSTAS, dar lances, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa
Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os
atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

*Reconhecer em Cartório



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº **000/2016/SEMA/MT**, sob pena das sanções cabíveis.

No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que, requereu o benefício nos termos da LC nº 123/2006, e que possua alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, assinale a ressalva abaixo:

() Declaro possuir restrição, como ressalva na supracitada declaração.

Local e data

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de Pregão Presencial nº 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N° _____, sediada na Rua _____, n° ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME/EPP/COOP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/ SOCIEDADE COOPERATIVA, que na participação no PREGÃO Nº 000/2016/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)



ANEXO VII



| | | | | |
|---|-------|--------|--|-------------|
| 1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 34/2016 | | | | |
| 2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente: | | | | |
| 2.1 Nome do Projeto: Não se aplica | | | | |
| 2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: | | | | |
| 2.3 Meta / Etapa: | | | | |
| 2.4 Componente / Ação | | | | |
| 2.5 SICONV: (X) NÃO () SIM | | | | |
| 3. Informações Orçamentárias: | | | 4. Unidade demandante: | |
| 3.1 Programa: 0394 | | | Coordenadoria de Apoio Logístico/Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário | |
| 3.2 Função: 18 | | | 5. Fiscal do Contrato: | |
| 3.3 Unidade Orçamentária: 27101 | | | 5.1 Fiscal Titular: Maurílio Carlos de Sá Costa | |
| 3.4 Subfunção: 122 | | | 5.2 Fiscal Substituto: Roberto C. Maciel | |
| 3.5 Medida: 2 | | | | |
| 3.6 Tarefa: 1 | | | | |
| 6. Informações financeiras: | | | | |
| Projeto/Atividade/Ação | Fonte | Região | Classificação da Despesa | Valor (R\$) |
| 2067 | 109 | 9900 | 33903900 | 14.500,00 |
| Custo Estimado para 2016 | | | | 14.500,00 |
| Custo Estimado para 2017 | | | | |
| Custo Estimado Total | | | | 14.500,00 |
| 6.1 Origem do recurso: Não se aplica (X) Não se aplica. () Recurso de Repasse () Recurso de Contrapartida () Recurso de Rendimento de Aplicação | | | | |
| 7. Objeto Sintético: Contratação de empresa especializada para elaborar projeto arquitetônico e/ou de engenharia de acessibilidade para adequação do espaço físico da Secretaria de Meio Ambiente para permitir o acesso às pessoas com deficiência definitiva ou temporária utilizarem de nossas edificações, produtos, serviços e informações. | | | | |
| 7.1. Especificação detalhada do objeto: (x) Não se aplica. () Descrição: especificar. | | | | |
| 8. Planilha Descritiva do Objeto: | | | | |
| 8.1 Os campos abaixo serão preenchidos <u>SOMENTE</u> em caso de Prestação de SERVIÇOS: | | | | |





MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO ITEM | UNID. DE MEDIDA | COD. SIAG | QTDD SERV. | VALOR UNIT | VALOR TOTAL | QTDD MESES | VALOR TOTAL |
|-------------|--|-----------------|-----------|------------|------------|-------------|------------|-------------|
| 01 | ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E/OU DE ENGENHARIA DE ACESSIBILIDADE CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9050. SERVIÇO. | UN. | Não | 01 | 14.500,00 | 14.500,00 | ----- | 14.500,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | 14.500,00 |

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO ITEM | UNID. DE MEDIDA | CODIGO SIAG | QTDD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|-------------|-----------------------|-----------------|-------------|------|------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | |

9. Justificativa Técnica da Aquisição

Acessibilidade é um dos temas mais atuais e importantes no setor da construção civil. De modo geral, trata-se de permitir às pessoas com deficiência definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de edifícios, produtos, serviços e informação.

Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente a SEMA não possui em andamento obras e serviços de adequação do espaço às necessidades de inclusão de visitantes portadores de necessidades especiais que se utilizam de nossos serviços, bem como em atendimento aos nossos servidores que ficam limitados a se locomover devido à falta de acessibilidade em nossas edificações. Construções adaptadas e equipadas para garantir o máximo conforto e segurança aos visitantes e servidores é o que pretende essa aquisição.

Para atender os princípios de acessibilidade, empresas e órgãos públicos tiveram que se adaptar e vários setores investiram na reforma ou construção de novos espaços para atender a população, como por exemplo, bancos, universidades, shopping centers, estações de trem e metrô. E na SEMA não poderia ser diferente temas de nos adaptar a essa realidade dos dias atuais.

10. Resultados Esperados:

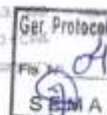
Permitir às pessoas com deficiência, definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de nossas edificações, produtos, serviços e informação.

11. Público Alvo:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, visitantes e servidores.

12. Requisitos para apresentação da proposta:

12.1 O licitante deverá apresentar folder/catálogo/portfólio do produto?
() Sim



(x) Não

12.1 É preciso fazer vistoria?

(X) Sim. Fazer visita "in loco" para levantamento de dados da edificação; Agendar a vistoria na GAPI, durante horário comercial pelo telefone (65) 3613-7250.

() Não

12.2 Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratado:

- A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório).

- Apresentar ART(s) ou RRT(s) de cada um dos profissionais responsáveis pela elaboração do projeto, no momento da assinatura do contrato.

13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

13.1 Tipo de Entrega:

(X) Parcela única

() Parcelada, conforme cronograma

() Sob demanda

() Mensal

13.2 Prazo de entrega:

13.2.1 Da emissão da ordem de fornecimento:

() A ordem de fornecimento/Serviço será emitida em até ____ após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

() Conforme a necessidade, em caso de ser sob demanda.

(X) Após a emissão do empenho, em caso de ser entrega em parcela única.

13.2.2 Da entrega dos produtos:

() Os produtos deverão ser entregues em até () dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.

(x) Os serviços deverão ser iniciados em até **15(quinze) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor. E deverão ser entregue em **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

() Os produtos/serviços deverão ser entregues, após emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme cronograma de execução.

13.3 Local, horário e endereço de entrega do bem/execução do serviço:

13.3.1 Local da entrega:

() Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).

() Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).

(X) Outro: CAL/Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário.



13.3.2 Horário de entrega:

Das 08h00min às 17h00min horas.

13.3.3 Endereço da entrega:

Rua C esquina com a Rua F s/n - Centro Político Administrativo. CEP 78049-913.

13.4 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) - art. 73 e 74 da lei 8.666/93

Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até **05 (cinco) dias** para a correção e será feito novo recebimento provisório;

Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até **05 (cinco) dias**.

13.5. Metodologia de acompanhamento:

Não se aplica.

14. Vigência do contrato:

() 12 (doze) meses.

(X) Não se aplica.

15. Forma de pagamento:

(X) Parcela única.

() Mensal.

() Em ____ parcelas.

() Sob demanda.

16. Obrigações específicas do objeto:

16.1 Da Contratante:

- Indicar um representante para a conferência dos serviços, bem como, com autonomia para fornecer quaisquer documentos que se façam necessários, para esclarecer eventuais dúvidas sobre o empreendimento que está sendo objeto dos trabalhos e para apresentá-los aos órgãos de aprovação e fiscalização se for o caso.

- Fornecer planta técnica ou croqui geral de implantação e/ou projeto arquitetônico completo das edificações da unidade em questão em arquivo dwg, para servir de base para a elaboração do projeto de acessibilidade e demais projetos que fizerem parte dos serviços contratados.

16.2 Da Contratada:

- Providenciar a adequação da planta arquitetônica, conforme normas técnicas de arquitetura;



- Fazer constar projeção de todos os preventivos em plantas necessários e exigidos pela legislação vigente (Normas da ABNT, Código de Obras do Município e demais legislações vigentes);

- Apresentar ART'(s) ou RRT'(s) do(s) serviço(s) projetado(s) devidamente assinado por profissional legalmente habilitado, com registro no CREA/MT;

- Está vedado subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial, a execução do serviço;

- Os custos referentes aos encargos trabalhistas e de natureza social ocorrerão por conta da contratada.

17. Das Garantias específicas do objeto:

() Sim, especificar.

Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.

(X) Não.

18. Das Sanções Administrativas específicas do objeto:

() Sim, Conforme legislação vigente.

(X) Não.

19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver:

() Sim, especificar.

(X) Não.

20. Considerações (se houver):

Todos os projetos serão elaborados de acordo com as especificações técnicas da NBR 9050/2015 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, legislações estaduais, código de obras municipais, catálogos técnicos e demais legislações aplicáveis.

Cuiabá/MT, 20/04/2016.



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

| | | | |
|---|--|--|--|
| Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela elaboração do TR Data: 20/04/2016. | | Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela especificação técnica Data: 20/04/2016. | |
| Maurílio Carlos de Sá Costa Gerente da unidade Data: 20/04/2016. | | Alessandra Moreira Itacaramby Analista Administrativo SEMA/MT Coordenadora / Superintendência Data: 20/04/2016. | |
| Atestamos: <input checked="" type="checkbox"/> Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA. <input type="checkbox"/> Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação <input type="checkbox"/> Não Possui Orçamentário <input checked="" type="checkbox"/> <i>Reestruturação da parte técnica</i> Técnico COR Data: 28/04/2016. Coordenador de Planejamento Data: 28/04/2016. | | Atestamos: <input type="checkbox"/> Existência de Saldo Financeiro <input type="checkbox"/> Inexistência de Saldo Financeiro <i>(X) Registrado na programação financeira.</i> Coordenadoria Financeira Data: 28/04/2016. Francis Anal. Administrativo - Contabilidade Coordenadoria Financeira SAGS/SEMA/MT | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR. <input type="checkbox"/> Não autorizado <input type="checkbox"/> Aguarde Valdir Valério da Silva Secretário Adjunto de Administração Sistêmica SAAS/SEMA Ordenador de Despesa Data: 28/04/2016. | | | |
| Ramal do responsável pela elaboração do TR: 7250 (GAPI) | | | |



ANEXO VIII

| | | | | |
|--|-----------|----------------|-----------------|-------------|
| ORDEM DE SERVIÇO 000/2016 | | | | |
| Órgão requisitante: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | |
| Endereço: RUA "C" ESQUINA COM A RUA "F" - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO | | | | |
| CNPJ: 03.507.415/0023-50 | | Inscr.: ISENT0 | Fax: 3613-7270 | |
| Cidade: CUIABÁ - MT | | CEP: 78050-970 | Fone: 3613-7308 | |
| Unidade demandante: | | | | |
| Fone: | | E-mail: | | |
| OBJETO: | | | | |
| Fornecedor: / E-mail: | | | | |
| Endereço: | | Fone: | CEP: | |
| Cidade: | | CNPJ/CPF: | | |
| PROCESSO: | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 1 | | | | |
| TOTAL | | | | |
| Cuiabá/MT, XX / XX / 2016. | | | | |
| Pedido de empenho: | | | | |
| Empenho: | | | | |
| Condições para recebimento: | | | | |
| Enviado por: | | | | |
| Autorizado por: | | | | |
| Local de Entrega: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA – Rua “C” esquina com rua “F” - s/nº – Centro Político Administrativo – Cep: 78050-970 – Cuiabá/MT, 65 3613-7278. Período, a partir das horas até as horas e das: 00 horas às 00 horas, de segunda a sexta-feira. | | | | |